

INFORMATIVO PACS

Nº 2 – Dezembro 2002 / Fevereiro 2003

O cuidado essencial

Leonardo Boff*

Consoante um mito romano antigo, na formação do ser humano, entraram em ação dois deuses primordiais – a Terra, dando-lhe o corpo e beleza e o Céu, conferindo-lhe vida e energia. Mas para que o ser humano pudesse viver como humano e mantivesse Céu e Terra unidos nele, deveria ser acompanhado pelo Cuidado, por todo o tempo de sua vida.

É fácil de se entender porque no ser humano há Ceu e Terra, espírito e matéria, transcendência e imanência. Difícil é se entender o porquê do cuidado. A meditação filosófica tirou isso a limpo. Precisamos do cuidado porque sem ele o ser humano não vive nem sobrevive. Um recém-nascido deixado a si mesmo, após poucas horas, morre. Se não cuidarmos de nossa saúde, de nossa formação permanente e de nossa espiritualidade, lentamente, vamos degenerando, adoecemos, desatualizamos-nos e embrutecemos. O cuidado é a maior força que se opõe à lei suprema da entropia, vale dizer, do desgaste natural das coisas. Tudo o que cuidamos dura muito mais, desde a camisa que usamos até as mãos que escrevem este texto.

O cuidado é uma relação amorosa para com a realidade, pois pelo cuidado nos envolvemos com ela e mostramos nosso interesse e até preocupação com ela. Mas o cuidado é mais que tudo isso. Ele é a atitude que antecede a todos os demais atos e os possibilita, seja os atos da vontade, seja os da inteligência. Eles somente são humanos se nascerem do cuidado e são acompanhados pelo cuidado. Então, são construtivos e não irresponsáveis e deletérios. É por essa razão que filósofos como Martin Heidegger consideram o cuidado a verdadeira essência do humano. Ele naturalmente é impregnado de cuidado essencial.

Por causa desta essencialidade, o cuidado fornece a base real da sociedade, da ética, da política e da ecologia. É base da sociedade que, segundo Aristóteles, é o espaço público organizado onde podemos viver sem medo. Ora, onde há cuidado, não existe medo, mas paz. A ética do cuidado funda o consenso mínimo entre os humanos, que garante a sobrevivência de todas as pessoas e da natureza. A política imbuída de ética significa cuidado para com o bem-estar do povo, mais do que administração da economia e gerenciamento de instituições. Onde viceja o cuidado, a natureza é preservada e cada ser respeitado, pois tudo o que existe e vive merece continuar a existir e a viver.

Hoje, há uma carência incomensurável de cuidado. Por isso, o número de pobres cresce no mundo, as crianças são condenadas a viver na rua, as pessoas idosas são abandonadas, milhões morrem antes do tempo e Gaia, nossa Mãe Terra, é sistematicamente depredada, colocando em risco nosso futuro comum.

Só o cuidado, transformado em paradigma de compreensão e de atuação, e articulado com a solidariedade e a responsabilidade, poderá salvar a vida, a espécie humana e o planeta Terra. Sem ele, não há paz nem alegria de viver.

**Teólogo e escritor, autor do livro Saber cuidar: ética do humano e compaixão pela Terra, membro do Pacs.*

Metodologia da práxis¹

O que faz uma verdadeira comunidade² é a decisão consciente dos seus membros de dividir a responsabilidade pelo seu destino comum. Uma comunidade emerge de um processo intencional, que envolve ganhar conhecimento uns dos outros, constituir um conjunto de objetivos em comum e de modos de realizá-los – uma metodologia –, e firmar entre eles algum tipo de contrato. Segundo este cada membro assume a responsabilidade de realizar determinadas tarefas e contribuições e a co-responsabilidade em cuidar do bem uns dos outros e do conjunto da comunidade.

A metodologia que se fundamenta numa combinação dinâmica e criativa de ação e reflexão, de prática e teoria, chamamos de *metodologia da práxis* (diagrama). Metodologia significa o estudo do caminho para realizar determinados objetivos. A metodologia da práxis propõe um caminho que articula prática e teoria, ação e conhecimento.

Nesta metodologia, o ciclo não é representado por um círculo, mas por uma espiral que se move para a frente e para cima, num movimento não linear que envolve fluxos e saltos para a frente e para trás. Sua resultante, porém, é maior bem-estar coletivo, maior autonomia e um controle crescente pela comunidade sobre seus recursos e seu desenvolvimento. Examinemos brevemente os passos deste ciclo.

Compartilhar uma visão – É o projeto mais amplo e de mais longo prazo que une a comunidade e os trabalhadores sociais que a apóiam. Costuma haver conflitos de intencionalidade e de visão entre a comunidade e os trabalhadores sociais que a apóiam e também no seio da comunidade. A interação entre os trabalhadores sociais e a comunidade é um processo educativo, que deve ser levado durante todo o processo de desenvolvimento.

A definição de uma visão abrangente e de longo prazo é crucial, permite que a comunidade defina objetivos e estratégias que ligam a realidade atual com aquilo que deve ser realizado através do processo de desenvolvimento.

Estabelecer objetivos gerais – Estes são marcos a serem realizados através do trabalho do desenvolvimento. Emergem tanto das expectativas da comunidade, das suas interações com os trabalhadores sociais, e do resultado da pesquisa participativa. Os objetivos podem ser gerais ou específicos, conforme estejam relacionados a processos mais abrangentes e de longo prazo, ou específicos e de mais curto prazo.

Pesquisa da situação – Ponto de partida fundamental. Assume que os protagonistas do desenvolvimento são os próprios membros da comunidade. A pesquisa deve ser participativa, buscando envolver ativamente o maior número possível dos seus membros. Os líderes naturais da comunidade podem ser parceiros cruciais dos trabalhadores sociais na pesquisa. Esta não deve limitar-se à realidade interna da comunidade, mas sim buscar as interconexões com os âmbitos mais amplos da realidade.

Estabelecer objetivos específicos para a ação – Este é, na verdade, o primeiro estágio do planejamento da ação. A comunidade, ou pelo menos seus líderes naturais, devem ganhar controle dos resultados da pesquisa para poderem definir os objetivos específicos da ação, distinguindo objetivos prioritários e secundários, e estabelecendo uma escala de tempo como parte do desenho estratégico da ação.

Missão/compromisso – Ações relacionadas com procedimentos concretos, mas também com as tomadas de decisão autogestionárias e coletivas. Em termos simples, quem vai ficar responsável pelo que, e como serão tomadas as decisões operativas. Estabelecer os termos do compromisso também envolve os trabalhadores sociais. Estes termos devem especificar o alcance e os limites do seu papel, assim como a metodologia da sua intervenção.

Plano de ação – Momento de fazer um plano que tem duas dimensões: estratégica, relacionada com as diretrizes gerais para o processo que visa à realização dos objetivos, tomando a situação e os sujeitos que foram identificados na pesquisa como pontos de partida; e tática, relacionada com ações e procedimentos imediatos que concretizarão o processo de desenvolvimento no cotidiano da comunidade.

Ação – Colocar em prática as ações e procedimentos previstos no plano. É a dimensão crucial do processo de desenvolvimento, a dimensão prática, em oposição aos momentos anteriores, que são mais relacionados ao pensamento, à reflexão, à teorização. É o teste da correção dos momentos anteriores, de analisar se foram realizados adequadamente.

Avaliação/nova pesquisa – Consiste numa pesquisa sobre a nova situação objetiva e subjetiva gerada a partir da ação realizada. Abre o espaço para um novo ciclo de desenvolvimento, envolvendo uma rediscussão da visão, dos objetivos e do compromisso à luz da experiência acumulada e das novas percepções.

1 Adaptação para esta publicação de trechos do texto extraído do livro *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos – uma visão a partir do Sul*, capítulo VIII “Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário”, autor Marcos Arruda, ed. Vozes, 2000, pág. 173.

2 No nosso vocabulário, evitamos usar a palavra “comunidade” para referir-nos a grupos espontâneos de pessoas. Ou então os chamamos “comunidades naturais”.

Na teia

José Augusto Pádua é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Consultor técnico do projeto “Brasil Sustentável e Democrático”, da Fase. Publicou vários livros, o mais recente, lançado este ano, chama-se *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista – 1786/1888*. Pádua vem sendo colaborador do *PACS no Polo de Socioeconomia Solidária da Aliança por um mundo justo e responsável*. Nesta entrevista, fala sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Que prejuízos a Alca pode trazer para o meio ambiente brasileiro?

Propostas como a Alca caminham no rumo oposto ao que devemos adotar para a construção da sustentabilidade global. Em primeiro lugar, o comércio internacional não deve ser livre, mas regulado por exigências políticas e éticas baseadas nos direitos humanos, sociais e ambientais. As sociedades não devem abrir mão desses direitos em nome da “liberdade de comércio”.

Em segundo lugar, a integração dos povos deve estar fundamentada em princípios políticos e éticos, baseados na igualdade de direitos (inclusive com a criação de novos direitos), na ampla participação democrática e no diálogo intercultural. A proposta dos Estados Unidos, de uma integração apenas na esfera do mercado, atende apenas aos interesses econômicos de uma minoria. Em terceiro lugar, sem negar a existência do processo de globalização, e até mesmo para construir uma globalização efetivamente solidária e benéfica, estamos precisando de *localização*.

O que isto significa?

É preciso fortalecer a produção local e regional, associada à intensificação do controle democrático sobre o planejamento econômico. É no âmbito local que podemos garantir a segurança alimentar e o abastecimento básico das populações. É preciso pensar que cada movimento material de mercadorias, especialmente em grandes distâncias, provoca um gasto de energia e um aumento da pressão ecológica sobre o planeta. O comércio internacional deve continuar existindo, mas não podemos deixar que domine a lógica da economia.

E ainda, em quarto lugar, o controle da degradação ambiental demanda o fortalecimento da soberania do poder democrático. Isto só pode ocorrer nas esferas local e nacional. A proposta da Alca quer justamente debilitar a soberania política local, inclusive no Legislativo, permitindo que o capital possa seguir sua lógica de acumulação no curto prazo, em prejuízo da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Qual é a relação entre desigualdade social e ecológica?

Nos debates da Rio+10, realizados ao longo deste ano, falou-se muito da relação entre pobreza e degradação ambiental. A grande causa da crise ambiental planetária é a riqueza, o consumo ostensivo e descontrolado de uma minoria. É o superconsumo de uma elite, que representa cerca de 20% da humanidade,

concentrada nos países do Norte, que produz 80% da poluição e alimenta 80% da extração de energia e recursos que está desgastando a ecossfera terrestre.

É preciso considerar, no entanto, que a extrema pobreza também produz degradação ambiental, especialmente em espaços locais. Um agricultor familiar minifundista, por exemplo, não possui terra suficiente para manejar sustentavelmente sua produção. A reforma agrária deveria aumentar a quantidade de terras das famílias já estabelecidas, além de distribuir terra para os sem-terra.

Sem transformar os padrões inaceitáveis de produção e consumo, fundados em uma enorme desigualdade social, serão ilusórios os esforços de transição para a sustentabilidade.

Como o consumo ético e responsável pode contribuir para a preservação do meio ambiente?

A humanidade precisa encontrar padrões de produção e consumo compatíveis com os limites do planeta. Isto significa, em primeiro lugar, perguntar: quanto é o suficiente? É o tipo de pergunta que a economia urbano-industrial capitalista evita formular. O consumismo descontrolado é insustentável do ponto de vista ambiental e social, além de não ser o caminho para a realização humana, inclusive no plano pessoal e espiritual. As maiores taxas de suicídio ocorrem justamente no conjunto de países onde existe um índice médio de consumo mais elevado.

Quem consome muito precisa consumir menos, fazendo um ajuste estrutural ecológico que permita viver de maneira sustentável. O ideal é que a redução ocorra de maneira voluntária, através da consciência, da educação e da ética. Mas serão necessárias também medidas políticas, legislativas e fiscais, baseadas em uma negociação global em favor da sustentabilidade coletiva. Quem consome pouco, as massas pobres e miseráveis do planeta, têm pleno direito de aumentar seu consumo material, para viver em condições dignas de saneamento, habitação, trabalho etc.

Esta dívida social deve ser paga com base na construção de novos padrões de produção, baseados nas fontes renováveis de energia, na produção limpa e na reciclagem. A redução no padrão de consumo da minoria, no entanto, é uma condição ecológica necessária para que a maioria possa viver dignamente. É necessário encontrar uma *linha de dignidade* para a vida na Terra, de maneira que sejam consideradas indignas tanto a pobreza quanto a riqueza extremas.

Bússola

Participação exemplar

O Plebiscito Nacional contra a Alca e Alcântara, realizado entre os dias 1 e 7 de setembro, envolveu trabalho voluntário de mais de 150 mil pessoas. Cerca de 10 milhões de brasileiros/as votaram. A mobilização nos estados foi ampla, superadas as marcas de 40 mil urnas em 3.500 municípios. Os objetivos enunciados são claros: bloquear a Alca, retirar o Brasil das negociações e impedir que a Base de Alcântara seja entregue para controle militar dos EUA. Entre 95% e 99%

dos/as votantes reafirmaram seu empenho em cumprir tais metas. Para os organizadores, o próximo passo é lançar o abaixo-assinado para realização do plebiscito oficial.

Apesar de ter sido a mais expressiva consulta popular já havida no país, o governo federal, auxiliado pela mídia, ignorou a legitimidade da iniciativa. O exemplo brasileiro está incentivando que outros 10 países, inclusive os EUA, dêem voz à população. A campanha contra a Alca faz parte de outra mais abrangente de promoção da cidadania. O coletivo formado pelas organizações da sociedade que participam da campanha, denominado Jubileu Sul, congrega a maior diversidade de entidades, movimentos e partidos que já se teve notícia na história do Brasil.

Sopro de mudança no Nordeste

Em Fortaleza, Ceará, o Pacs participou do *Seminário Nacional de Socioeconomia Solidária*. Foi uma chance singular de conhecer ao vivo as experiências do Banco Palmas e da região do Grande Bom Jardim. O grupo fez uma visita à comunidade do conjunto Palmeira, um retrato da pobreza que atinge a região. Localizado a 22 Km do centro comercial de Fortaleza, ali vivem cerca de 30 mil pessoas. “São famílias desabrigadas de enchentes ou desapropriadas de outras favelas. Vivem numa situação social bastante precária: 90% têm renda familiar de até 2 salários e estão no mercado informal; 20% da população é analfabeta”, relata o pesquisador Robson Patrocínio, educador popular do Pacs.

Os projetos de geração de trabalho e renda locais são desenvolvidos pelo Banco Popular Palmas, sistema financeiro integrado, que atua estrategicamente em quatro elos: consumo ético, produção sustentável, capital solidário e comércio justo. Dentre as experiências apresentadas (PalmaCard, feiras permanentes com os produtos dos grupos envolvidos no projeto, Palma Fashion, Incubadora Feminina, Horta Comunitária, Palmoricó e PalmaTech), a Palmalimpe chama a atenção por ser totalmente gerida por um grupo de cinco jovens que trabalha na elaboração de produtos de limpeza. O grupo participou com outros jovens de encontros da Palmatech. Capacitou-se e logo conseguiu financiamento para começar o empreendimento e organizar uma cooperativa, que já está registrada.

Solidariedade na serra

De 1 a 3 de novembro aconteceu em Teresópolis, RJ, o *II Encontro de Trocas Solidárias* do estado. Com a participação de cerca de 90 pessoas, foi uma oportunidade de reunir lideranças comunitárias, moradores e moradoras de regiões que desejam organizar seus próprios grupos. Estiveram presentes representantes dos grupos de trocas de Anchieta, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Teresópolis e das seguintes localidades: Campo Grande, Niterói, Leopoldina, Friburgo, Andaraí, Jacarepaguá e Laranjeiras. O evento foi organizado pelos Grupos de Troca do Estado e teve apoio do Pacs e Cepel.

Houve uma grande Feira de Trocas no local, que proporcionou um entrosamento entre os/as participantes e o Mutirão da Serra, grupo de Teresópolis. No encontro, ficou clara a necessidade de sistematizar as ofertas e demandas de cada integrante dos grupos, assim como de divulgá-los entre os demais mutirões. Também foi repensado o uso da moeda social, uma vez que alguns grupos fazem o escambo e

outros contabilizam suas trocas num controle de saldos. A proposta final foi formar uma rede mais eficaz, que envolva os grupos, mas respeite a autonomia de cada um.

Tudo novo

O Pacs entra 2003 cheio de novidades. Foi eleita, em Assembléia, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal que vão atuar até agosto de 2005. Também este mês a sede da instituição mudou-se. Funciona agora na Av. Rio Branco, 277 16º/ sala 1.609 • Centro • Rio de Janeiro - RJ • CEP 20.040-009

▶ Mais informações: Tel/fax: (21) 2210-2124 - Endereço Eletrônico: adm@pacs.org.br

Diretoria Executiva

Presidente: Padre Agostinho Pretto

Vice-presidente: Israel Segal Cuperstein

Diretor-financeiro: Ricardo Bebianno Costa

Conselho Fiscal

Anazir Maria de Oliveira

Francisco Soriano de Souza Nunes

Ana Mary da Costa Lino Carneiro

Suplentes

Cláudio Nascimento

Hermila Alcina Pereira Figueiredo

Antonio Carlos Ribeiro

Alca é tema de II FSM carioca

No dia 5 de novembro aconteceu na Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – o *II Fórum Social Carioca, o Rio por um outro mundo*. Cerca de 800 pessoas participaram do evento, organizado pelo Comitê Rio do FSM. Na programação cultural, apresentações do grupo *Garganta Profunda*; do teatrólogo Augusto Boal; e da atriz Camila Amado, que recitou poesia em homenagem a Carlos Drummond de Andrade. A atriz Letícia Sabatella foi a mestre de cerimônia.

A mesa de debates enfocou temas áridos, como dívida externa e sistema financeiro, com ênfase em soberania nacional e os perigos da Alca. Foi composta por Emir Sader, cientista político e membro do Conselho Internacional do FSM; Sandra Quintela, economista, uma das coordenadoras do Pacs e da Campanha Jubileu Sul; César Benjamin, escritor, economista e jornalista; e mediada por Luiz Mário Behnken, do Comitê Rio.

Sandra Quintela elencou para o público os riscos que o Brasil corre se firmar o acordo da Alca – Área de Livre Comércio das Américas – com o governo estadunidense. “Vamos continuar a luta para que o Brasil saia dessas negociações,

para que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei, que vamos apresentar em abril, que garanta a realização de um plebiscito oficial para que todos nós possamos dizer se concordamos ou não com os termos das negociações que estão ali colocados”, disse.

Ela enfatizou que, se o acordo for aprovado pelo governo brasileiro, com as cláusulas existentes hoje, as principais prejudicadas serão as mulheres, exatamente como vem acontecendo nos países que adotaram o Alcan: “O que tem se expandido na América Central e no México são as zonas de processo à exportação, 70% a 90% desses trabalhadores são mulheres, sofrem assédio sexual permanente, não têm direito à sindicalização, exigência permanente de exames de gravidez, ganham 0,70 de dólar por hora e trabalham de 50 a 80 horas por semana nas chamadas maquiladoras da região”.

Sobre a dívida externa, Sandra afirmou que essa é uma dívida principalmente social e ambiental com os povos dos países mais pobres. Isto porque, de 1997 a 2002, a América Latina e o Caribe pagaram 583,1 bilhões de dólares aos credores. A dívida era de 703,7 bilhões e, mesmo com o pagamento, passou a 809,1 bilhões. No caso brasileiro, nesse período, pagamos quase 210 bilhões de dólares. Em 1997, nossa dívida era de quase 200 bilhões e, em 2000, era de 236,1 bilhões, apesar do que já foi pago. As dívidas interna e externa comprometem hoje com o pagamento e rolagem 70% dos recursos da União. A meta da campanha é continuar pressionando governo e organizações multilaterais financeiras – Banco Mundial, Bird e FMI – para a realização da auditoria da dívida externa brasileira. “Em 2000, apresentamos um projeto de lei sobre isso, queremos abrir essa caixa-preta: quanto tomamos emprestado, qual foi a destinação dos recursos, quanto já pagamos, por que temos taxas de juros tão altas?”, questionou.

Outro ponto de sua palestra foi o crescente processo de militarização estadunidense que vem ocorrendo no continente. Lembrou que só na América do Sul existem hoje três bases militares dos Estados Unidos, além de 20 guarnições militares, entre bases aéreas e de radar, somando mais de 1.500 soldados estrangeiros em nosso território. Até agora, segundo Sandra, o governo dos Estados Unidos investiu 800 milhões de dólares nessa política militarista.

“Temos a clareza de que a Alca e a dívida, junto com a militarização da América Latina, fazem parte de um mesmo projeto por parte do governo dos Estados Unidos de dominação e de recolonização do continente. Mas a sociedade civil organizada tem acompanhado esse processo e vem buscando articuladamente responder a isso”, finalizou Sandra.

Economia solidária no III FSM

A sociedade civil organizada se reunirá, mais uma vez, em defesa de um outro mundo. Diversas instituições formam o GT Brasileiro Economia Solidária, um dos principais eixos a serem debatidos no próximo Fórum Social Mundial, que vai acontecer em Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro de 2003. São elas: Ibase, Cáritas, Fase, CUT e Pacs/Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, além do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre o tema, estão programados um seminário, com duração de dois dias, diversas oficinas e quatro mesas-redondas de controvérsias para debater temas polêmicos. No seminário, serão debatidos os seguintes assuntos: Redes de consumo ético, comércio justo e solidário e produção autogestionária; Sistema financeiro solidário; Políticas públicas e relações sociedade-estado; e Práticas inovadoras e autogestão.

Brasil expresso

Você não pode perder esta: nos próximos dias 29 e 30 acontece no Museu da República, Rio de Janeiro, o Encontro Solidário, uma iniciativa do Fórum de Cooperativismo Popular e da Rede Estadual de Socioeconomia Solidária do estado. O evento vai comemorar a Semana do Consumo Ético começa na sexta à noite, das 18 às 22h, com coquetel e com a comercialização de produtos e serviços de cooperativas do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na mesma noite, você pode participar da Oficina sobre mundo do trabalho e socioeconomia solidária e aproveitar o show musical do Musikfabrik.

No sábado, o evento acontece das 9h às 17h, com a tradicional feira de trocas e realização das seguintes oficinas – Cartonagem, Rede de trocas solidárias, Consumo ético e Instrumentos musicais. A iniciativa conta com apoio do Instituto Marista do Brasil, Cepe, Pacs, do Fundo Saap, da fase, Cepel, entre outras.

No primeiro dia do evento, a partir das 21h, haverá o lançamento das seguintes publicações:

- *Por uma economia para a vida. Relatório Final do Encontro Estadual de Cultura e Socioeconomia Solidária do RJ.*
- Encarte do Catálogo de Comercialização: por um comércio justo
- *Desafios ao desenvolvimento local: terra e habitação.* Série Semeando a Socioeconomia Solidária nº 6.
- *Que outra integração é possível?*, de Marcos Arruda e Sarah Anderson. Série Globalização e Solidariedade, nº 1.
- “Um novo mundo é possível”. *Revista Proposta* nº 93/94. Artigo “Construindo a socioeconomia popular e solidária no Brasil”, de Rosemary gomes e Euclides Mance.
- *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*, de Maurício Abdalla.
- *Como organizar redes solidárias.* Euclides Mance (org.)
- *Conselhos municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas*, de Mauro Rego M. dos Santos.
- *Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos.*
- CD nº 4 da Série *Trocando em Miúdos: um programa para você entender de economia.*
- Vídeo *O revés da moeda 2. Consumo, a grande loucura.*

Defesa da alegria

Mario Benedetti.

Tradução: Hermila Figueiredo / Pacs

Defender a alegria como uma trincheira
defendê-la do escândalo e da rotina
da miséria e dos miseráveis
das ausências transitórias
e das definitivas

defender a alegria como um princípio
defendê-la do assombro e dos pesadelos
dos imparciais e dos neutros
das doces infâmias
e dos graves diagnósticos

defender a alegria como uma bandeira
defendê-la do raio e da melancolia
dos ingênuos e dos canalhas
da retórica e das paradas cardíacas
das endemias e das academias

defender a alegria como um destino
defendê-la do fogo e dos bombeiros
dos suicidas e dos homicidas
das férias e da angústia
da obrigação de estar alegre

defender a alegria como uma certeza
defendê-la da oxidação e da mesquinharia
da famosa pátina do tempo
do cinismo e do oportunismo
dos proxenetas do riso

defender a alegria como um direito
defendê-la de deus e do inverno
das maiúsculas e da morte
dos clamores e das mágoas
do acaso
e também da alegria

Nós, mulheres e homens que trabalhamos no Pacs, desejamos a você que em 2003 a alegria invada seu dia-a-dia e, principalmente, seu coração. Feliz Natal e Próspero Ano Novo!

Expediente

Publicação Trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Conselho Editorial: Cristiane Souza, Hermila Figueirêdo, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Neli Belém, Robson Patrocínio, Ruth Espínola Soriano e Terezinha Pimenta

Distribuição: Gustavo Jorge Vaccihi

Pedidos de exemplares impressos:

Av. Rio Branco, 277 – 16º andar – sala: 1609 – Centro

Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20040-009

Tel./fax.: (21) 2210-2124

C.Eletrônico: documentos@pacs.org.br